

Discurso^{*}

*Fernando Quadros da Silva^{**}*

Senhor Presidente Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz, Presidente Luiz Fernando Wowk Penteado, Ministro Etchegoyen, Governador do Paraná, Carlos Alberto Richa, Senador Lasier Martins, Ministros Paulo de Tarso Vieira Sanseverino e Néfi Cordeiro, do Superior Tribunal de Justiça, Deputado Estadual Hussein Bakri, Procurador Regional da República, Fábio Bento Alves, Dr. Claudio Lamachia, Presidente da OAB, Dra. Edni Andrade, Conselheira Federal da OAB, desembargadores federais desta Corte, senhoras e senhores:

Cumprindo o ritual que se renova há décadas, novamente a Corte se reúne em sessão plenária com o desiderato de dar posse à nova administração do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Assumem o novo Presidente, Des. Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz, a Vice-Presidente, Des. Maria de Fátima Freitas Labarrère, e o Corregedor Regional da 4ª Região, Des. Ricardo Teixeira do Valle Pereira, eleitos para o biênio 2017-2019.

Coube-me a honrosa missão de, em nome da Corte, saudá-los por essa elevada investidura.

Antes de fazê-lo, é de justiça que me dirija brevemente aos diri-

^{*} Discurso de saudação à nova gestão do TRF da 4ª Região (2017-2019), proferido na sessão solene de posse dos novos dirigentes do Tribunal, em 23.06.2017.

^{**} Desembargador Federal do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

gentes que hoje encerram seus mandatos. Desembargador Federal Luiz Fernando Wowk Penteado: expresso, em nome da Corte, o reconhecimento pela dedicação e pelo elevado espírito público demonstrados na condução deste Tribunal no biênio que se encerra. Com efeito, ao longo de seu mandato, Vossa Excelência foi exitoso na tarefa de administrar a Justiça Federal da 4ª Região em um cenário de cortes orçamentários, nesta difícil quadra da vida nacional em que o Judiciário foi chamado a dar sua cota de sacrifício para fazer frente à acentuada crise que vive o país. Não obstante, Vossa Excelência manteve as condições materiais necessárias para a prestação jurisdicional, contando com sua competente equipe de servidores e com o juiz auxiliar Artur César de Souza.

O diálogo franco e aberto foi marca de sua gestão, e podemos fazer eco com as palavras proferidas sobre Vossa Excelência pela Min. Laurita Vaz, Presidente do Superior Tribunal de Justiça, ao homenageá-lo na última sessão do Conselho da Justiça Federal: “Vossa Excelência é cordial, reservado, compreensivo e afeito ao diálogo, qualidades essenciais para o bom funcionamento de um órgão colegiado (...), sendo exemplo de comportamento idôneo e comprometido com o bem comum”.

Deixa a Vice-Presidência o também muito estimado Des. Thompson Flores, que, com sua habitual cortesia e presteza no trato da jurisdição, se desincumbiu com maestria dos misteres do cargo, presidindo sessões e retomando a salutar edição das súmulas da jurisprudência dominante do TRF da 4ª Região, importante iniciativa para segurança jurídica dos jurisdicionados.

Encerra seu mandato à frente da Corregedoria o Des. Celso Kipper, magistrado competente, sempre atento aos desafios impostos pela realidade social brasileira e pela contribuição que os juízes federais podem oferecer. Des. Celso Kipper, tenha certeza de que a atuação de Vossa Excelência, do vice-corregedor, Des. Márcio Antônio Rocha, e de sua equipe de juízes auxiliares, o então Juiz Federal, hoje Desembargador, Roger Raupp Rios e os Juízes Federais Marcelo Malucelli e Eliana Pagiarin Marinho, imprimiram as marcas de eficiência e transparência à Corregedoria.

Na parte disciplinar, instruindo rapidamente os feitos e submetendo-os à deliberação do Plenário. Nos trabalhos de correição, aproximando a Corregedoria dos juízes e dos valorosos e competentes servidores da Jus-

tiça Federal, nossa maior riqueza. Vossa Excelência apontou as falhas, mas também indicou as soluções com cortesia e firmeza.

Em nome da Corte, muito obrigado a todos os dirigentes que enceraram seus mandatos pela dedicação e pelo trabalho em prol da Justiça Federal da 4ª Região.

Assumem na data de hoje os novos dirigentes do Tribunal e trazem naturalmente consigo os anseios de novos projetos e esperanças.

Senhor Presidente *Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz*, Vossa Excelência assume agora a presidência de nossa Corte federal.

Sabemos que não será tarefa fácil. A nação enfrenta uma crise sem precedentes. As instituições são testadas a cada dia e obviamente dão respostas que por vezes não encontram o pronto apoio da opinião pública, cabendo ao presidente a didática tarefa de explicar que um tribunal não existe para agradar esse ou aquele segmento da opinião pública, mas para resolver conflitos e distribuir justiça.

O Desembargador Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz é natural de Porto Alegre, integrante de tradicional família sul-rio-grandense. Dos pais recebeu sólida formação cultural e acadêmica. Sempre teve na figura de seu avô, o Ministro Thompson Flores, do STF, a fonte inspiradora de sua atuação na seara do Direito. Graduiu-se em Direito pela prestigiada Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Foi aprovado com brilho em concurso, tendo assumido como Procurador da República. Foi Procurador-Chefe da Procuradoria Regional da República da 4ª Região e Procurador Regional Eleitoral.

Thompson Flores assumiu como desembargador nesta Corte em 2001, em vaga destinada ao quinto constitucional. Presidiu comissões examinadoras de dois concursos para juiz federal substituto, dirigiu a Escola da Magistratura desta Corte e presidiu a 3ª Turma, especializada em Direito Administrativo, Cível e Comercial, por dois mandatos. Em sua carreira no Tribunal, também foi membro do Conselho de Administração e hoje integra a Corte Especial. No biênio que se encerra, exerceu a Vice-Presidência.

Em 2013, foi empossado como membro da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, em cerimônia realizada no Colégio Militar de Porto Alegre (CMPA), ocupando a cadeira que pertenceu ao seu trisavô, o Coronel Thompson Flores. Também é membro do Instituto dos

Advogados Brasileiros. Tem centenas de artigos publicados.

Temos certeza de que, a par de seus predicamentos intelectuais e da competência já evidenciada nas funções públicas que já desempenhou, fará uma exitosa gestão na Presidência.

A Justiça assumiu obviamente um protagonismo nunca antes experimentado e precisa se acostumar com as inevitáveis críticas. Os tribunais devem persistir na sua tarefa de prestar jurisdição rápida. Vossa Excelência, Des. Thompson Flores, como presidente do Tribunal, por certo estará atento aos ataques injustos, dando resposta pronta e esclarecedora às críticas.

Por outro lado, Des. Thompson, não deve ser olvidado que o Judiciário passou a ser o depositário de expectativas de mero distribuidor de rendas. Muitas demandas buscam unicamente o pagamento de verbas, prestações materiais e indenizações, sendo evidente que os recursos públicos não suportam essa pressão.

O papa emérito Bento XVI ressalta nos seus escritos o “relativismo moral que submete tudo à satisfação do indivíduo”. Aquele relativismo moral que abandona valores absolutos e cria “verdades éticas” casuísticas, fundadas e sustentadas em uma retórica de bem-estar do indivíduo e esforço mínimo (*Bento XVI: o último testamento*. São Paulo: Planeta, 2017).

Esse relativismo moral torna difícil, Desembargador Thompson Flores, a administração da justiça, pois o conceito de justiça também passa a ser móvel, *ad hoc*, *prêt-à-porter*, moldado pela busca do conforto material individual embora sempre sob o manto da busca do progresso social e da diversidade cultural.

Mas, como lembrava o Ministro Oscar Dias Correa, homem público notável, “o povo, na sua sabedoria, já distingue o que é direito seu, assegurado no texto, e o pleiteia e reclama, e o que é simples aspiração, ‘norma programática’, que pode e deve desejar, mas por vezes deve aguardar para ver realizar (...)” (*Discurso*. Ciclo Internacional de Estudos Min. Luiz Gallotti. Recife, 1998).

Assume também a Vice-Presidência desta Corte a *Desembargadora Maria de Fátima Freitas Labarrère*. Nascida em Dom Pedrito, RS, chamada “capital da paz”, pois em seu território (Ponche Verde) foi celebrado o tratado que pôs fim à Revolução Farroupilha pelas mãos

hábeis do Duque de Caxias e por acordo dos líderes revoltosos. Talvez daí o exemplo que marca a atuação da nossa estimada Desa. Maria de Fátima, sempre pacificadora, embora firme na função de julgar.

A Desa. Maria de Fátima tem uma carreira rica na administração pública. Filha de militar, formada na mais lúdica noção das exigências e dos desafios que se impõem àqueles que se propõem à função pública. Desa. Fátima: nosso chefe, o povo, por vezes demonstra mau humor e incompreensão com nosso trabalho, mas cabe ao servidor público, com habilidade e respeito, didaticamente educar seu chefe.

Iniciou atividades profissionais como funcionária concursada do Banco do Brasil. Em Brasília, foi servidora destacada do Tribunal Federal de Recursos, onde ingressou por concurso, em que foi aprovada em primeiro lugar. Aprendeu desde muito jovem a dinâmica de um tribunal e os predicamentos que se exigem de uma Corte de revisão, daí sua extrema habilidade em lidar com as diferenças de opiniões e votos.

Foi aprovada nas primeiras colocações no concurso para Procuradora da República, tendo tomado posse. Em seguida, optou pela magistratura, aprovada com brilhantismo no concurso, tendo sido nomeada para exercer o cargo de Juíza Federal em Joinville, SC.

Iniciou rica carreira na primeira instância e, em 1997, foi promovida por decreto do Presidente da República, pelo critério de merecimento, para esta Corte, onde exerceu diversos misteres, dos quais se destacam a Corregedoria, a Coordenação dos Juizados Especiais Federais e agora a Vice-Presidência. Integrou em dois biênios o Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio Grande do Sul, na vaga destinada à Justiça Federal.

Desa. Maria de Fátima: o conhecimento jurídico de Vossa Excelência, a vasta experiência no serviço público, seu aprimorado senso de justiça e sua habilidade em conciliar serão sempre indispensáveis para o engrandecimento deste Tribunal.

Assume a Corregedoria Regional da 4ª Região o *Des. Ricardo Teixeira do Valle Pereira*.

Nascido em Florianópolis, de tradicional família catarinense, seu pai teve destacada carreira no Banco do Brasil e depois no Banco do Estado de Santa Catarina – Besc, revelando que muitas vezes os exemplos de boa gestão da coisa pública se aprendem em casa.

Graduou-se em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, sendo pós-graduado em Teoria e Análise Econômica pela Unisul e Mestre em Ciência Jurídica pela prestigiada Univali.

Ingressou no Ministério Público de Santa Catarina e, de 1986 a 1993, atuou como promotor de justiça em diversas comarcas, entre outras a antiga e valorosa Comarca de Porto União, que briosamente optou por permanecer “catarinense” na conhecida questão dos limites entre Paraná e Santa Catarina. Como se sabe, a controvérsia foi resolvida pelo Supremo Tribunal Federal e por um acordo que se seguiu e que culminou com a divisão de uma cidade ao meio, surgindo então União da Vitória, no Paraná, e Porto União, no território catarinense, para conciliar diferentes anseios, talvez um grande exemplo de conciliação e respeito aos costumes e às tradições, aliás tão caros e cultuados pelos nossos irmãos gaúchos.

Aprovado em primeiro lugar no concurso para juiz federal em 1993, desde o início da carreira se revelou um magistrado exemplar, sempre estudioso e atento aos detalhes e com imensa capacidade de ouvir mais do que falar. Analisar antes de emitir uma sempre abalizada opinião. Qualidade tão necessária e tão almejada.

Na Justiça Federal, exerceu diversos cargos: Diretor do Foro da Seção de Santa Catarina, Juiz do Tribunal Regional Eleitoral daquele Estado.

Promovido pelo critério de merecimento a esta Corte em 2006, integrou o Conselho de Administração, foi conselheiro da Escola da Magistratura e membro da Comissão de Concurso para ingresso na magistratura. Exerceu o magistério e publicou livros, sempre convidado para palestras e conferências.

Vossa Excelência, Des. Ricardo, possui os predicados necessários para enfrentar os desafios que se lhe apresentam.

Desembargador Thompson, o Ministro Thompson Flores, do Supremo Tribunal Federal, seu avô, preconizava uma justiça que brotasse de juízes independentes, sem falsos ou mal compreendidos exageros. Uma Justiça austera, impoluta, incorruptível, como se faz mister o seja, mas também uma justiça humana, como merece ser distribuída às criaturas, feita à imagem de Deus.

Em um momento de críticas ao Judiciário, temos que nos inspirar

nos bons exemplos que moldaram esta Justiça Federal, Ministros José Néri da Silveira, Milton Luiz Pereira, Ellen Gracie, o saudoso Min. Teori Zavascki, Vladimir Passos de Freitas, Néfi Cordeiro, Joel Paciornik, dentre tantos outros que conciliaram a sabedoria jurídica e nos deixaram exemplos indelévels de como servir o povo sem subserviência e sem arrogância.

Nosso estimado Desembargador Otávio Roberto Pamplona, que precocemente nos deixou e sempre será lembrado como exemplo de magistrado competente que dignificou a toga.

O Ministro Néri da Silveira, com sua sabedoria, sempre ressaltou:

“Distintos os planos da atividade jurisdicional e da atividade administrativa, no âmbito do Judiciário, força é entender que – enquanto a primeira se exerce com inteira e intocável independência, nas diversas instâncias e juízos, de acordo com as competências previstas na Constituição – certo está que a segunda, na medida em que se manifesta como atos de administração, há de conceber-se em uma perspectiva nova, tornando viável, inclusive, um amplo plano de aperfeiçoamento (...).” (Discurso de posse na Presidência do Supremo Tribunal Federal, em 14 de março de 1989. In: GOTTSCHESKY, Hella Isis (org.). *Democracia e Constituição*: estudos em homenagem ao Ministro José Néri da Silveira. Porto Alegre: Dom Quixote, 2012. p. 58)

Presidente Thompson Flores, Des. Maria de Fátima e Des. Ricardo, o desafio é grande, mas, como dizia Antonio Gedeão, “o sonho comanda a vida, o sonho tornou-se vida”.

E, diante de eventuais desânimos que possam sobrevir, cabe lembrar o escritor português D’Eça Leal: “ainda é cedo para ser tarde”. Ainda é tempo de acordar sonhando e de sonhar vivendo. Não é tarde, nunca é tarde para viver o Brasil, para estar no Brasil.

Em nome da Corte, desejo que Deus proteja Vossas Excelências nas elevadas funções que hoje assumem.

Obrigado pela atenção.